



Formação de Professores, compromisso social e direito à educação: (re)construindo uma agenda democrática

XIII SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
43º Encontro Nacional do FORUMDIR
II Seminário Nacional ForParfor e ForPibid Rp
I Encontro do Movimento Nacional em defesa do Curso de Pedagogia

Painel temático VI – FORUMDIR, Política institucional de formação docente: uma análise integrada

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE INTEGRADA

Ana Lúcia Felix dos Santos-UFPE (coordenadora)

ana.fsantos@ufpe.br

Tatiana Cristina dos Santos Araújo-UFPE

tatiana.saraujo@ufpe.br

Lueli Nogueira Duarte e Silva - UFG

feufgdirecao@gmail.com

Walterlina Brasil- UNIR

wal@unir.br

RESUMO

O presente painel pretende problematizar a política de formação docente, seja no âmbito institucional de universidades públicas, seja no âmbito do planejamento municipal. Assim, reúne trabalhos de três instituições de diferentes regiões do país, com vistas a ampliar o debate em torno do tema, abrangendo diferentes regiões do território nacional. A UFPE e a UFG se debruçaram sobre suas propostas para uma política institucional de formação de profissionais da educação básica, se constituindo como importantes instrumento político e pedagógico que asseveram e reforçam a autonomia didático e científica da universidade. Os documentos também se inserem no âmbito da defesa da formação teórico-prática dos/as profissionais da educação em uma perspectiva crítica, inclusiva, democrática, cultural e emancipatória, se constituindo como além de se tornar instrumento de resistência e defesa da educação pública de qualidade frente ao cenário adverso que enfrentamos hoje no estado brasileiro. Interligadamente, a proposta apresentada pela UNIR, debate a política de formação docente como objeto do planejamento educacional em nível municipal. Integrando também o debate em defesa da educação pública de qualidade, por via de uma formação que se pauta na valorização profissional dos docentes como uma condição de sucesso das políticas públicas para educação.

POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA UFPE

Ana Lúcia Felix dos Santos-UFPE

ana.fsantos@ufpe.br

Tatiana Cristina dos Santos Araújo-UFPE

tatiana.saraujo@ufpe.br

FORUMDIR

A Política Institucional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, de modo mais geral, visa a orientar a organização e o funcionamento da formação acadêmico-profissional, inicial e continuada, de professores e demais profissionais da educação básica. De modo mais específico, busca estabelecer princípios que permitam orientar o processo de elaboração e reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura, assegurando sua especificidade – que reside na docência como base da formação e identidade do licenciado –, assim como dos programas, os projetos e demais ações desta universidade voltadas para esse fim. Atualmente, a UFPE oferta 32 cursos de licenciaturas, distribuídos nos três campi, o que tem grande impacto na formação inicial e continuada de professores no estado de Pernambuco, tanto pela abrangência das áreas de conhecimento envolvidas, quanto pelo quantitativo de professores formados. Esse é apenas um dos elementos motivadores para a construção dessa política. Nesse trabalho buscaremos explicitar seus marcos balizadores, princípios, diretrizes e estratégias de implantação, destacando sua relação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projetos Pedagógicos dos Cursos envolvidos (PPC). Palavras-Chave: Política Institucional. Formação inicial e continuada de professores. UFPE Projeto Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica - UFG Lueli Nogueira Duarte e Silva Faculdade de Educação – UFG feufgdirecao@gmail.com FORUMDIR O Projeto Institucional de Formação de Profissionais do magistério da Educação Básica da UFG encontra-se, neste momento, em fase final de elaboração, e deve ser enviado para ser apreciado e aprovado pelo Consuni, instância máxima de deliberação da universidade, até o mês de setembro deste ano. Este projeto é resultado de uma construção coletiva, com início em 2019, que envolveu a Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD) e professores(as) representantes de cursos da licenciatura da UFG, da Direção da Faculdade de Educação, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), representante da SEDUC e da SME e representante do Fórum de Licenciatura da UFG. O projeto configura-se como política da Universidade Federal de Goiás (UFG), estabelecendo diretrizes, princípios, fundamentos, dinâmicas curriculares (incluindo estágio supervisionado, prática como componente curricular, perfil do(a) egresso(a), entre outros). Seu objetivo é a consolidação do processo de institucionalização da formação de docentes na UFG, na medida em que visa instituir as condições objetivas que permitam o planejamento e organicidade das políticas e processos acadêmicos e pedagógicos, direcionados à consolidação da identidade da formação de professores(as) da educação básica. O projeto tem por eixo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2018/2022 (PDI), o Plano Nacional de Educação (2014/2024), a LDB, o Decreto nº 8.752/2016 que disciplina a Política Nacional de Formação dos(as) Profissionais da Educação, as Resoluções CEPEC nº 1539/20172 e 1541/20173 da UFG, bem como a legislação em vigor. Importante destacar que a Resolução CEPEC/UFG n. 1541/2017, a qual este Projeto se fundamenta, trata da política de formação de professores da educação básica

da UFG e, esta, por sua vez, se encontra em consonância com a Resolução CNE/CP n. 02/2015 e a LDB, assim sendo, assume a concepção de docência como "ação educativa e processo pedagógico intencional e metódico, que envolve, conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo". Portanto, a aprovação desta política institucional de formação de profissionais da educação básica da UFG se constitui como importante instrumento político e pedagógico que assevera e reforça a autonomia didático e científica da universidade, além de se tornar instrumento de resistência e defesa da formação teórico-prática dos/as profissionais da educação em uma perspectiva crítica, inclusiva, democrática, cultural e emancipatória.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: OS RESULTADOS DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA

Walterlina Brasil- UNIR
wal@unir.br
FORUMDIR

A política para formação docente pode ser analisada em razão das propostas contidas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, MEC, 2020) e a execução dos programas voltados à formação docente e articulada a valorização profissional. Objeto de conquista e intensa mobilização social, o Plano Nacional incorporou Metas que envolvem a valorização docente. Cabe-nos analisar qual é e como ocorre a repercussão desta premissa (valorização docente) se incorpora às políticas educacionais, A importância de Rondônia consiste nas características de composição de sua população, a forte migração em razão dos empreendimentos hidrelétricos na metade dos anos 2000 e a estrutura na qual os grandes programas se desenvolvem considerando-se o protagonismo da Universidade Federal de Rondônia por ser esta a única instituição pública, federal de tipo universitária para oferta de cursos públicos de formação docente e produzir o maior nível de oferta de ensino superior voltado a formação de professores (BRASILEIRO et alii, 2014). Pretende-se com isto contrapor o discurso referente a formação e as ações governamentais que revisam a base do sistema educacional a partir do final dos anos 1990 e reverterem a ponta, diante da alteração do modelo de investimento em educação superior. O trabalho permite que analisemos a influência e o impacto das políticas públicas que considerem o planejamento da educação e da gestão pública, como forma verificar a eficácia dos Planos de Educação nas Metas. Com base nos relatórios de monitoramento do Plano Estadual de Educação no Estado de Rondônia, o monitoramento do Plano identificou a necessidade de fortalecer politicamente a gestão do plano com a presença do Fórum Estadual e das equipes de monitoramento como fortalezas da gestão do mesmo. É necessário restabelecer a participação popular como um critério de popularização dos planos e sustentar o clamor pela valorização profissional dos docentes como uma condição de sucesso das políticas públicas para educação.
